



Documento enviado com sucesso!!  
Segue abaixo os dados do documento:

**PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.**

O documento foi entregue para CVM e B3

<b>Tipo de Documento:</b>	<b>Versão:</b>	<b>Data de Referência:</b>	<b>Data de Entrega:</b>
Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP	1	31/12/2023	18/03/2024

NÚMERO DO PROTOCOLO:  
013471DFP311220230100134813-73 

 [COMPARTILHAR](#)

 [IMPRIMIR](#)

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	68
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	69
----------------------------------	----

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	70
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2023</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	12.425
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>12.425</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	13.880	18.221
1.01	Ativo Circulante	13.873	18.214
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.833	18.156
1.01.06	Tributos a Recuperar	40	41
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	17
1.01.08.03	Outros	0	17
1.02	Ativo Não Circulante	7	7
1.02.03	Imobilizado	7	7
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7	7

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	13.880	18.221
2.01	Passivo Circulante	66	185
2.01.03	Obrigações Fiscais	66	185
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	66	185
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	66	185
2.02	Passivo Não Circulante	423.095	426.603
2.02.02	Outras Obrigações	31.810	34.209
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.810	34.209
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	31.810	34.209
2.02.04	Provisões	391.285	392.394
2.02.04.02	Outras Provisões	391.285	392.394
2.02.04.02.04	Provisão para perdas com investimento em controladas	391.285	392.394
2.03	Patrimônio Líquido	-409.281	-408.567
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.341.047	-1.340.338
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	311	316

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.008	-97.511
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.116	-1.796
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.116	-1.796
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.108	-95.715
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.008	-97.511
3.06	Resultado Financeiro	294	390
3.06.01	Receitas Financeiras	404	448
3.06.02	Despesas Financeiras	-110	-58
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-714	-97.121
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-714	-97.121
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-714	-97.121
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,06	-7,82

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-714	-97.121
4.03	Resultado Abrangente do Período	-714	-97.121

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.924	-1.289
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.822	-1.406
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-714	-97.121
6.01.01.03	Resultado da equivalência patromonial	-1.108	95.715
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1	-41
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	1	-41
6.01.03	Outros	-103	158
6.01.03.01	Impostos e contribuições sociais a recolher	-121	158
6.01.03.02	Outras contas do passivo, líquidas	18	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.399	12.061
6.02.02	Aumento (Redução) líquido em mútuos a receber de partes relacionadas	-2.399	12.061
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.323	10.772
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.156	7.384
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.833	18.156



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-714	0	-714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-714	0	-714
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.243.222	321	-311.446
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.243.222	321	-311.446
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.121	0	-97.121
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.121	0	-97.121
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	7	-7	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-2	2	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-719	-752
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-719	-752
7.03	Valor Adicionado Bruto	-719	-752
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-719	-752
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.512	-95.267
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.108	-95.715
7.06.02	Receitas Financeiras	404	448
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	793	-96.019
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	793	-96.019
7.08.01	Pessoal	1.155	805
7.08.01.01	Remuneração Direta	900	629
7.08.01.04	Outros	255	176
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	242	239
7.08.02.03	Municipais	242	239
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	110	58
7.08.03.01	Juros	110	58
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-714	-97.121
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-714	-97.121

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>
1	Ativo Total	679.089	747.739
1.01	Ativo Circulante	214.298	260.286
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.841	24.815
1.01.03	Contas a Receber	93.077	85.465
1.01.03.01	Clientes	77.082	81.219
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.995	4.246
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	15.995	4.246
1.01.04	Estoques	99.014	120.288
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.366	29.718
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.366	29.718
1.02	Ativo Não Circulante	464.791	487.453
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.570	77.697
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	72.570	77.697
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	62.616	67.917
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1.436	1.398
1.02.01.10.05	Propriedade para investimento	8.182	8.272
1.02.01.10.06	Outros ativos não circulantes	336	110
1.02.03	Imobilizado	392.221	409.756
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	318.949	330.485
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	73.272	79.271

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2022</b>
2	Passivo Total	679.089	747.739
2.01	Passivo Circulante	479.800	626.719
2.01.02	Fornecedores	100.185	87.088
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	98.711	84.379
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.474	2.709
2.01.03	Obrigações Fiscais	87.415	101.898
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	87.415	101.898
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	10.696	4.347
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Parcelados	76.719	97.551
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	155.135	139.127
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	118.968	113.959
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	118.968	113.959
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	36.167	25.168
2.01.04.03.01	Passivos de Arrendamento	36.167	25.168
2.01.05	Outras Obrigações	58.554	76.777
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.016	0
2.01.05.02	Outros	57.538	76.777
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	25.711	33.736
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	31.827	43.041
2.01.06	Provisões	78.511	221.829
2.01.06.02	Outras Provisões	78.511	221.829
2.01.06.02.04	Provisão para salários e encargos	78.511	221.829
2.02	Passivo Não Circulante	608.570	529.587
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	139.985	187.860
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	85.469	124.964
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	85.469	124.964
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	54.516	62.896
2.02.01.03.01	Passivos de Arrendamento	54.516	62.896
2.02.02	Outras Obrigações	436.706	314.096
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	7.335	7.329
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.335	7.329
2.02.02.02	Outros	429.371	306.767
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parcelados	208.052	96.866
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	221.319	209.901
2.02.04	Provisões	31.879	27.631
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.879	27.631
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	22.536	20.502
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.343	7.129
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-409.281	-408.567
2.03.01	Capital Social Realizado	931.455	931.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.341.047	-1.340.338
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	311	316

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	947.129	848.190
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-831.355	-728.202
3.03	Resultado Bruto	115.774	119.988
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.572	-116.403
3.04.01	Despesas com Vendas	-53.505	-36.637
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.885	-80.251
3.04.02.01	Administrativa e Gerais	-82.885	-80.251
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	70.818	485
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.202	3.585
3.06	Resultado Financeiro	-109.586	-99.501
3.06.01	Receitas Financeiras	10.811	12.988
3.06.02	Despesas Financeiras	-120.397	-112.489
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-59.384	-95.916
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	58.670	-1.205
3.08.02	Diferido	58.670	-1.205
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-714	-97.121
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-714	-97.121
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,06	-7,82

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-714	-97.121
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-714	-97.121
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-714	-97.121

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	72.145	9.949
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.898	70.019
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes dos impostos	-59.384	-95.916
6.01.01.03	Depreciação	32.604	34.485
6.01.01.04	Amortização	21.372	18.379
6.01.01.06	Perda (ganho) na alienação de bens do ativo imobilizado	3.529	6.473
6.01.01.08	Juros e variação monetária, líquidas	151.742	100.079
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	6.056	6.209
6.01.01.10	Desconto de Juros e Multas sobre Transação Individual	-116.507	0
6.01.01.11	Provisão para créditos duvidosos	-783	378
6.01.01.13	Provisão para ajuste dos estoques a valor de mercado e obsolescência	269	-68
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.247	-60.070
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	4.064	-50.088
6.01.02.02	Estoques	21.005	-1.863
6.01.02.04	Outras contas do ativo, líquidas	-11.885	-1.279
6.01.02.05	Fornecedores	12.802	13.312
6.01.02.06	Provisão para demandas judiciais (pagamentos)	-3.842	-5.582
6.01.02.07	Depósitos Judiciais	-38	919
6.01.02.08	Salários, férias e encargos sociais a pagar	59.638	54.587
6.01.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	12.525	-10.915
6.01.02.11	Outras contas do passivo, líquidas	-20.470	-30.000
6.01.02.13	Redução líquida em adiantamentos de clientes e desconto de duplicatas	-8.025	-17.872
6.01.02.14	Tributos a Recuperar	29.653	26.070
6.01.02.15	Juros pagos	-62.180	-37.359
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.597	-68.105
6.02.02	No ativo imobilizado	-24.597	-68.105
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-55.522	70.484
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	98.214	179.119
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-153.742	-107.832
6.03.04	Redução líquida em mútuos a receber de partes relacionadas	6	-803
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.974	12.328
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.815	12.487
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.841	24.815



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567	0	-408.567
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567	0	-408.567
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-714	0	-714	0	-714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-714	0	-714	0	-714
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	8	-8	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-3	3	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.341.047	311	-409.281	0	-409.281

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	931.455	0	0	-1.243.222	321	-311.446	0	-311.446
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	931.455	0	0	-1.243.222	321	-311.446	0	-311.446
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.121	0	-97.121	0	-97.121
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.121	0	-97.121	0	-97.121
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5	-5	0	0	0
5.06.04	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	7	-7	0	0	0
5.06.05	Impostos Diferidos sobre Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	0	0	0	-2	2	0	0	0
5.07	Saldos Finais	931.455	0	0	-1.340.338	316	-408.567	0	-408.567

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022</b>
7.01	Receitas	1.161.506	1.024.286
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.578	1.024.286
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-72	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-637.083	-554.695
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-467.205	-384.538
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-169.609	-170.225
7.02.04	Outros	-269	68
7.03	Valor Adicionado Bruto	524.423	469.591
7.04	Retenções	-53.976	-52.864
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.976	-52.864
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	470.447	416.727
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	144.533	13.833
7.06.02	Receitas Financeiras	10.811	12.988
7.06.03	Outros	133.722	845
7.06.03.02	Outras Receitas	133.722	845
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	614.980	430.560
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	614.980	430.560
7.08.01	Pessoal	282.208	237.168
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.953	186.765
7.08.01.04	Outros	59.255	50.403
7.08.01.04.01	Encargos sociais	59.255	50.403
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	213.089	178.024
7.08.02.01	Federais	91.105	82.025
7.08.02.02	Estaduais	119.301	94.061
7.08.02.03	Municipais	2.683	1.938
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120.397	112.489
7.08.03.01	Juros	120.397	112.489
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-714	-97.121
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-714	-97.121

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da administração

Perfil

#### Plascar S.A.

A Plascar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), através de sua subsidiária Plascar Ltda., atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes plásticas, para acabamento interno e externo de veículos automotores, nos mercados originais e de reposição para montadoras do Brasil.

### Desempenho Econômico – Financeiro

A Plascar segue em seu processo de reestruturação iniciado em 2019, apresentando uma melhora representativa em seus resultados deste então. Neste contexto, a estratégia da Companhia envolveu o fortalecimento comercial e o aumento da receita por meio da conquista de novos projetos.

Como se pode observar pelo quadro abaixo, a Companhia obteve sucesso em sua estratégia de crescimento, apesar dos grandes percalços decorrentes da crise do Covid. Adicionalmente à estratégia de crescimento, a Plascar adotou uma série de medidas de controles internos e ganhos de eficiência que, aliados à alavancagem operacional e absorção de custos fixos, contribuíram para o aumento das margens e consequente melhora nos resultados.

Ano	Receita Líquida	EBITDA
2018 <sup>1</sup>	346.821	(85.090)
2019 <sup>1-2</sup>	407.550	67.051
2020 <sup>3</sup>	369.188	(22.277)
2021 <sup>3</sup>	612.684	17.415
2022 <sup>3</sup>	848.190	56.482
2023 <sup>4</sup>	947.129	110.905

(1) Impacto pelo efeito da baixa por *impairment* no montante de R\$ 44.084 em 2018 e R\$ 17.955 em 2019.

(2) Efeito positivo de R\$ 85.282 relativo ao registro do crédito referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

(3) Reflexo da pandemia COVID-19, com paradas de produção, quedas de volume e desequilíbrio de preços.

(4) Impacto positivo de R\$ 75.894 decorrente dos efeitos dos descontos obtidos por conta da renegociação de seu passivo fiscal com a adesão da Transação Individual junto a PGFN.

Em relação ao ano de 2023, este foi marcado por uma alta volatilidade na produção dos nossos clientes, com momentos de paradas repentinas e uma retomada rumo à estabilidade ao longo do segundo semestre. Tal retomada se deveu à recuperação da produção de veículos pesados, que fora impactada fortemente ao longo do primeiro semestre em virtude de troca de motorização para o Euro 6.

Apesar desse cenário de volatilidade, a Receita Líquida da Companhia aumentou 11,7% em relação a 2022, enquanto a produção de veículos, segundo a ANFAVEA, teve uma queda de 1,9% em relação ao mesmo período.

Já o EBITDA e o Prejuízo Líquido do ano foram influenciados de forma positiva pela conclusão da negociação tributária com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Esta negociação abrangeu descontos de multas e juros, além da utilização de prejuízo fiscal para pagamento do principal, levando a uma relevante redução do passivo fiscal. Este foi um passo essencial para a continuidade do processo de reestruturação da Companhia.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Quadro Principais Índices Financeiros

(Em milhares de R\$)	2023	AH%	2022
Receita líquida	947.129	11,7%	848.190
Lucro bruto	115.774	(3,5%)	119.988
Despesas financeiras	(109.586)	10,1%	(99.501)
Prejuízo	(714)	(99,3%)	(97.121)
EBITDA <sup>(1)</sup>	110.905	96,4%	56.482
Dívida líquida <sup>(2)</sup>	187.596	(12,4%)	214.108

### Quadro Conciliação do EBITDA:

(Em milhares de R\$)	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(714)</b>	<b>(97.121)</b>
Resultado financeiro	109.586	99.501
Imposto de renda e contribuição social	(58.670)	1.205
Depreciação e amortização	60.703	52.897
<b>EBITDA</b>	<b>110.905</b>	<b>56.482</b>

### Quadro Composição da Dívida Líquida:

(Em milhares de R\$)	2023	AH%	2022
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	204.437	(14,4%)	238.923
<b>(=) Dívida Bruta</b>	<b>204.437</b>	<b>(14,4%)</b>	<b>238.923</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.841)	(32,1 %)	(24.815)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>187.596</b>	<b>(12,4%)</b>	<b>214.108</b>

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

(2) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Como demonstrado, os resultados da Plascar continuaram sua tendência de melhora, com aumento importante de volume e, conseqüentemente, de receita líquida, atingindo R\$ 947.129 em 2023. Esse incremento de volume e receita foi impulsionado, principalmente, pela entrada em produção de novos projetos, contando também com a inauguração da nova fábrica em Caçapava, que já se encontra em plena operação.

Em relação à rentabilidade, a Plascar apresentou uma melhora no EBITDA no ano de 2023. O EBITDA foi de 11,7% ou R\$ 110.905, contra 6,7% ou R\$ 56.482 em 2022, impactado principalmente pelo efeito positivo da adesão ao parcelamento de seu passivo fiscal junto a PGFN. No comparativo do último trimestre do ano, o EBITDA passou de 3,7% ou R\$ 8.378 no 4T22, para 5,8% ou R\$ 14.866 no 4T23. Tal melhora na rentabilidade é explicada principalmente pelo efeito do aumento nos volumes, estabilidade de produção e ganhos de eficiência.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O resultado líquido da Companhia, por sua vez, somou prejuízo de R\$ 714 em 2023, resultado este ainda aquém do esperado pela Administração. A reversão deste quadro se dará pelo aumento do EBITDA, em períodos futuros, através do crescimento da receita da Companhia decorrente do início de produção de novos projetos, que deverá ser suficiente para compensar os volumes de depreciação e despesa financeira correntes.

Encerramos 2023 fortalecidos por importantes negociações fiscais e investimentos de R\$ 21 milhões em CAPEX<sup>1</sup> (R\$ 68 milhões em 2022), focados no crescimento de mercado e busca por eficiência. Para 2024, permanecemos comprometidos com a recuperação contínua e o lançamento de novos projetos, visando a expansão da nossa posição no mercado automotivo.

### Transação Individual – PGFN

A Administração concluiu a renegociação da totalidade de seu passivo fiscal junto à PGFN, que compreende os débitos acumulados até janeiro de 2023, através do programa de Transação Tributária Individual e todos os efeitos, descontos de multas juros e utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL foram registrados no 2º Trimestre de 2023. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 177.210.

### Mercado Automotivo

Segundo dados da ANFAVEA, a produção de veículos em 2023 teve uma queda de 1,9% sobre igual período do ano de 2022, somando 2,325 milhão de unidades no país. A produção de veículos leves cresceu 1,3%. Já a produção de veículos pesados caiu 37,5% em função dos custos mais elevados das novas tecnologias de controle de emissões.

Cenário Automotivo	FONTE: ANFÁVEA - BRASIL		
	2022	2023	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	2.370	2.325	-1,9%
VENDAS DE VEÍCULOS	2.105	2.309	9,7%

### Recursos Humanos

A Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 46,6 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em aprendizagem do SENAI, estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional.

A Companhia encerrou o ano de 2023 com um quadro de 2.534 colaboradores (2.186 em 2022).

### Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram realizados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

## **Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Informamos que no exercício de 2023, a Companhia contratou, junto aos seus auditores, serviço não relacionado à auditoria externa no valor de R\$ 29 (R\$ 22 em 2022), não ultrapassando 5% da remuneração pelos serviços de auditoria externa. A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

### **Agradecimentos**

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2023, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia.

Jundiaí, 13 de março de 2024.

## Notas Explicativas

### 1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. ("Plascar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plascar Ltda." ou "Plascar"), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG, Betim/MG e Caçapava/SP.

O início das atividades da nova unidade industrial na cidade de Caçapava/SP, ocorreu no mês de setembro de 2022 conforme previsto e, a princípio, a nova unidade vem atendendo as montadoras instaladas na região do Vale do Paraíba.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, entre outros componentes. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso e máquinas de cartão, atividade esta que representa menos de 5% do total de ativos, receita líquida e resultado líquido consolidados na Companhia.

Após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plascar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A., com participação de 59,99% de seu capital, que também é composto pela Deise Duprat (anteriormente pela Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda.), com 18,44%, pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 14,45%, Nota 21.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2024.

#### Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 265.502 (R\$ 366.433 em 2022) no consolidado e patrimônio líquido negativo na controladora e consolidado o montante de R\$ 409.281 (R\$ 408.567 em 2022).

Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, mantendo um prejuízo acumulado de R\$ 1.341.047, na controladora e consolidado (R\$ 1.340.338 em 2022).

Em 07 de julho de 2023, a Companhia concluiu a repactuação de seu passivo fiscal junto a PGFN aderindo à Transação Individual (Nota 26) com desconto de parte relevante de correção monetária e multas.



## Notas Explicativas

A Companhia ainda tem necessitado captar recursos junto às instituições financeiras, mas tem conseguido obter esses recursos em prazos e condições favoráveis.

Em 2023, verificou-se uma queda na produção de veículos no Brasil de 1,9%, quando comparado com 2022, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, apresentou um aumento de 11,7% quando comparada com 2022, mostrando assim, a manutenção de crescimento gradual e consistente nos volumes e um aumento de seu market share. Contudo, embora a Companhia tenha conseguido repassar alguns ajustes de preços aos seus clientes, a redução de margem bruta da Companhia ainda é reflexo principalmente das diversas paradas das montadoras no período visto que esse cenário de constante incerteza e falta de previsibilidade ocasionou um aumento de ineficiência operacional da Companhia por conta da dificuldade de planejamento da produção.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2024 aponta uma alta de 6,2%. A Administração acredita que, com o início de ciclo de quedas da taxa básica de juros, o mercado deverá apresentar uma gradual melhora em sua performance e aumento na venda de veículos e, conseqüentemente, produção para a Companhia.

A Companhia continua adotando medidas para elevar a receita obtida de novos projetos junto às principais montadoras que atua, reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem e geração de caixa através de negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão de obra, matéria-prima etc.), dando sequência ao processo de reestruturação da Companhia, bem como o enfrentamento da crise iniciada em março de 2020 decorrente da pandemia COVID-19. Além disso, essas medidas também buscam equilibrar o impacto de paradas não previstas por parte das montadoras causadas tanto pela diminuição da demanda quanto por falta de componentes.

Adicionalmente, a Administração acredita que os novos projetos os quais se iniciaram ao longo dos últimos trimestres, somados aos projetos ainda em desenvolvimento e que deverão entrar em produção nos próximos meses, permitirão à Companhia reverter os prejuízos.

Para o ano de 2024, espera-se que seja um ano ainda bastante desafiador e com bastante volatilidade dadas as incertezas macroeconômicas globais e nacionais. A Companhia continuará buscando todos os ganhos de eficiência possíveis na produção visando a melhora da rentabilidade, e a reversão de seus resultados, consolidando, desta forma, a recuperação da Companhia.

### Reestruturação societária e financeira

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora "Pádua IV Participações S.A.".

## Notas Explicativas

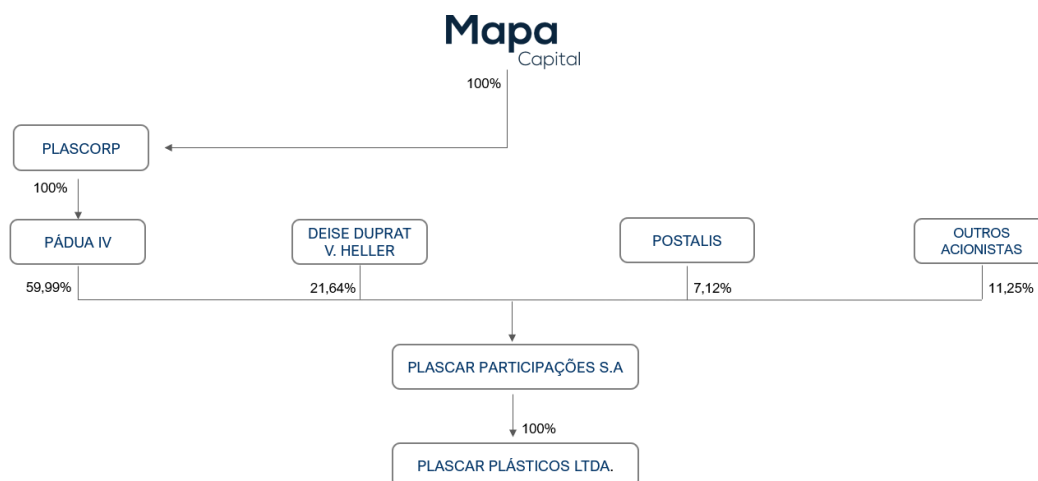
Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

Com a conclusão da reestruturação financeira da Companhia em 31 de janeiro de 2019, o patrimônio líquido e o passivo circulante da Companhia foram impactados positivamente em R\$ 449.483, decorrente de aumento de capital.

Conforme fato relevante em 18 de novembro de 2022, a Permali Indústria e Comércio Ltda, concluiu a operação de venda da totalidade de sua participação acionária na Plascar, representativa de 18,44% das ações ordinárias de emissão da Companhia, perfazendo montante de 2.290.953 ações ordinárias, em favor de Deise Duprat, pessoa física. Em decorrência da alienação das ações da Plascar, a Permali deixa de deter qualquer participação acionária na Companhia, ao passo que Deise Duprat, passa a deter, a partir desta data, montante total e relevante de 21,64% das ações da Plascar, representadas por 2.689.653 ações de emissão da Companhia.

A Permali participava do grupo de controle da Companhia, sendo parte integrante do Acordo de Acionistas que fora celebrado em 31 de janeiro de 2019. Com a venda da participação acionária, o referido Acordo de Acionistas deixa de produzir seus legais efeitos, sendo considerado encerrado de pleno direito.

Segue abaixo nova Estrutura Societária:



## Notas Explicativas

### Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia

Com o lançamento de uma invasão militar em larga escala pela Rússia contra a Ucrânia em fevereiro de 2022, muitos países começaram a impor sanções a primeira, fazendo com que todo esse cenário de conflito afetasse a economia global. Apesar de que até o presente momento a guerra não tenha trazido consequências significativas para o setor automotivo brasileiro, a Administração continua acompanhando sistematicamente os possíveis impactos e monitorando os potenciais efeitos nas cadeias de suprimento, estando preparada para a adoção de medidas caso haja necessidade.

## 2. Sumário das políticas contábeis materiais

O resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, Nota 3.

### 2.2. Base de consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, cujas políticas contábeis são as mesmas da Companhia, bem como o encerramento do seu exercício social. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

## Notas Explicativas

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Para os valores de investimentos negativos, a Companhia registra na rubrica "Provisão para perdas com investimento em controlada" no passivo não circulante.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### a) Transações com participações de não controladores

A Companhia não possui participação de acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

## 2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, que é o setor de autopeças (automotivo).

## Notas Explicativas

### 2.4. Conversão de moeda estrangeira

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “resultado financeiro”.

### 2.5. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) custo amortizado; (ii) valor justo registrado por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) valor justo registrado por meio do resultado do exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

#### 2.5.1. Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

## Notas Explicativas

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

### 2.5.2. Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

### 2.5.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, adiantamento de clientes, partes relacionadas e outros passivos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos e não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### 2.5.4. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 2.5.5. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A “provisão para perdas de crédito esperado”, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 90 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

### 2.5.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.



## Notas Explicativas

### 2.5.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperado (“*impairment*”).

### 2.5.8. Adiantamento de clientes

O cliente (montadora) adianta parcialmente recursos para Companhia, conforme o andamento do projeto de construção de ferramentais. Esses recursos são liberados de acordo com a conclusão de cada fase do projeto e está previsto no pedido de compra. Em geral esses adiantamentos não coincidem com os respectivos desembolsos para o desenvolvimento dos projetos pela Companhia e não representam o valor integral destes investimentos, o que causa um stress de caixa, principalmente em momento de crescimento acelerado como o atual.

### 2.5.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Os termos e condições dos passivos financeiros refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

### 2.5.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## Notas Explicativas

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando aplicável e quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. O processo de provisão de estoques é dividido em dois tipos de provisão, sendo eles provisão para obsolescência de estoques e provisão para realização dos produtos acabados.

#### Provisão para obsolescência

O critério para constituição desta provisão considera obsoletos itens sem movimentação há mais de 180 (cento e oitenta) dias, para os grupos de estoque produtivos, e é o mesmo adotado em todas as unidades da Companhia.

#### Provisão para realização

Para cálculo do valor a ser provisionado, é gerado um relatório específico, onde ele compara o custo médio estocado do produto x preço atual de venda praticado. Para os itens os quais o custo médio do estoque for superior ao preço de venda, multiplica-se o valor da margem com a quantidade total em estoque para se chegar no montante a ser provisionado, trimestralmente os cálculos são revisados pela Companhia.

### 2.7. Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

## Notas Explicativas

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado, Nota 2.8.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

### 2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a avaliação patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim, Varginha e Caçapava e estão apresentados abaixo:

	2023		2022	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda
Jundiaí	116.024	154.905	116.802	173.118
Betim	79.097	137.055	92.313	135.572
Varginha	42.439	69.600	48.579	81.108
Caçapava	81.389	81.580	72.791	75.179
<b>Total</b>	<b>318.949</b>	<b>443.140</b>	<b>330.485</b>	<b>464.977</b>

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

## Notas Explicativas

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil deles, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### 2.9. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 (R2)/(IFRS16) - Arrendamentos, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como passivo de arrendamento.

A norma CPC 06(R2)/IFRS 16, que determina que na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Os arrendadores continuam a classificar todos os arrendamentos em dois tipos: arrendamentos operacionais e financeiros.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17/CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ICPC 03.

## Notas Explicativas

### a) Premissas para o reconhecimento

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada foi de 12,3% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais em 2023 e 2022. A taxa foi obtida por operações de financiamentos para ativos destas classes.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo na rubrica de passivo de arrendamentos. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

## Notas Explicativas

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia e sua controlada não atuam como arrendadoras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí-SP, Varginha-MG e Betim-MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A Administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º trimestre de 2022 foi registrado contrato de aluguéis de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 808. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 15,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º trimestre de 2023 foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 2.881. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 16,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º trimestre de 2023 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.797. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a.% para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contrato de aluguel da unidade de Caçapava-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a.% para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021, nas mesmas condições do contrato de repactuação de janeiro de 2020. O valor repactuado foi de R\$ 47.333, e foi registrado na rubrica "Outros passivos".

### 2.10. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia aplicou a Interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, a partir de 1º de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas Explicativas

### 2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido.

Na Companhia e sua controlada que adotam o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, aplicável às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não atendiam os critérios acima e, portanto, nenhum valor foi registrado como imposto diferido ativo.

A Companhia registra imposto diferido passivo sobre o custo atribuído do imobilizado (Nota 10).

### 2.12. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada, quando aplicável.

## Notas Explicativas

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

### a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes plásticas relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

### b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora. No decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar parcialmente os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas quando o projeto esteja aprovado pela montadora e pronto para início de produção. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que se trata de um bem de sua propriedade.

### c) Receitas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

## 2.13. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.



## Notas Explicativas

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

### 2.14. Tributos sobre as vendas

#### Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

#### **IFRS 17 - Contratos de Seguro**

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão.

## Notas Explicativas

O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8**

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2**

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas Explicativas

### **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

### **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e se aplicável.

### **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas Explicativas

### **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

### **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

## Notas Explicativas

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.5;
- (b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.8;
- (c) Provisão para contingências: Nota 2.10; e
- (d) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.9.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

#### a) Risco de mercado

##### i) *Risco cambial*

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Contas a receber de clientes (Nota 7)	7.299	7.687
Fornecedores (Nota 16)	(1.474)	(2.709)
Exposição líquida	<b>5.825</b>	<b>4.978</b>

## Notas Explicativas

### ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Passivo financeiro	Impacto no resultado do exercício (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	10,30%	12,88%	15,45%
Empréstimos e financiamentos	(20.480)	(23.265)	(26.003)
Passivos de arrendamento	(8.770)	(10.116)	(11.322)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2023.

### b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

## Notas Explicativas

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe eventuais excessos de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R\$ 3.445 (R\$ 4.917 em 2022), que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo (não descontado), desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Fluxo Financeiro</b>	<b>Até três meses</b>	<b>De quatro a 12 meses</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos e financiamentos	204.437	247.967	57.624	79.769	106.756	3.818
Passivos de arrendamento	90.683	94.584	7.151	21.451	64.829	1.153
Fornecedores	100.185	100.185	100.185	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	8.351	8.351	-	-	8.351	-
Outros passivos	253.146	313.742	11.757	27.596	120.384	154.005
	<b>656.802</b>	<b>764.829</b>	<b>176.717</b>	<b>128.816</b>	<b>300.320</b>	<b>158.976</b>
Em 31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos	238.923	309.473	51.848	82.626	162.304	12.695
Passivos de arrendamento	88.064	98.573	4.091	12.273	78.203	4.006
Fornecedores	87.088	87.088	87.088	-	-	-
Passivos com partes relacionadas	7.329	7.329	-	-	7.329	-
Outros passivos	252.942	315.425	15.445	17.888	115.867	166.225
	<b>674.346</b>	<b>817.888</b>	<b>158.472</b>	<b>112.787</b>	<b>363.703</b>	<b>182.926</b>

## Notas Explicativas

### 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2023	2022
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	204.437	238.923
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(16.841)	(24.815)
Dívida líquida	187.596	214.108
Total do patrimônio líquido	(409.281)	(408.567)
	<b>(221.685)</b>	<b>(194.459)</b>

## 5. Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil

O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

Consolidado	2023		2022		Mensuração a valor justo
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos financeiros</b>					
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	16.841	16.841	24.815	24.815	Nível 2
<u>Custo amortizado</u>					
Contas a receber de clientes (Nota 7)	77.082	77.082	81.219	81.219	Nível 2
Outras ativos	88.565	88.565	81.943	81.943	Nível 2
<b>Passivos financeiros</b>					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores (Nota 16)	100.185	100.185	87.088	87.088	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	204.437	204.437	238.923	238.923	Nível 2
Passivo de arrendamentos (Nota 14)	90.683	90.683	88.064	88.064	Nível 2
Adiantamento de clientes (Nota 18)	25.711	25.711	33.736	33.736	Nível 2
Partes relacionadas (Nota 11)	8.351	8.351	7.329	7.329	Nível 2
Outros passivos (Nota 20)	253.146	253.146	252.942	252.942	Nível 2

### Hierarquia

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.



## Notas Explicativas

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	10.546	15.072	13.396	19.898
Aplicações financeiras	3.287	3.084	3.445	4.917
	<b>13.833</b>	<b>18.156</b>	<b>16.841</b>	<b>24.815</b>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diárias baixo risco de crédito e remuneração é de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos são utilizados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia.

### 7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Terceiros no país	64.972	50.589
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	7.299	7.687
Contas a receber de ferramental no país	13.166	32.081
	<b>85.437</b>	<b>90.357</b>
Provisão para perdas de crédito esperadas ( <i>impairment</i> )	(8.355)	(9.138)
	<b>77.082</b>	<b>81.219</b>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos de desconto de duplicatas em seu balanço no montante de R\$ 15.276 e de acordo com as características dos referidos contratos, para melhor apresentação decidiu demonstrar os efeitos na rubrica de empréstimos (nota 15), como capital de giro. Para comparabilidade reclassificou o saldo de R\$ 22.248 relativo a 2022. A Companhia classifica o risco de crédito dessas operações como muito baixo.

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
A vencer	57.006	47.894
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	11.692	9.025
De 31 a 60 dias	2.977	8.159
De 61 a 90 dias	744	4.043
Há mais de 90 dias	13.018	21.236
	<b>28.431</b>	<b>42.463</b>
	<b>85.437</b>	<b>90.357</b>

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2023, refere-se principalmente à venda de ferramental, em fase final de aprovações técnicas junto aos clientes no montante de R\$ 4.663 (R\$ 11.559 em 2022), para os quais a administração acredita não haver nenhum risco de perda.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas foi como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldo inicial	(9.138)	(8.760)
Movimento	783	(378)
Saldo final	<b>(8.355)</b>	<b>(9.138)</b>

## 8. Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	51.240	67.896
Matérias-primas	24.451	29.770
Produtos acabados	5.739	5.822
Produtos em elaboração	13.275	12.302
Importação em andamento	1.795	1.606
Materiais de manutenção e auxiliares	4.499	4.235
Adiantamentos a fornecedores	495	868
Provisão perdas nos estoques	(2.480)	(2.211)
	<b>99.014</b>	<b>120.288</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação da provisão para perdas nos estoques com ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldos iniciais	(2.211)	(2.279)
Movimento (Nota 24)	(269)	68
Saldos finais	<b>(2.480)</b>	<b>(2.211)</b>

**Notas Explicativas****9. Tributos a recuperar**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Crédito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)	61.295	89.970
Processo Funrural (Nota 19)	-	2.237
ICMS sobre ativo imobilizado - CIAP	4.966	4.178
Outros	1.721	1.250
	<b>67.982</b>	<b>97.635</b>
Circulante	5.366	29.718
Não circulante	62.616	67.917
	<b>67.982</b>	<b>97.635</b>

(1) Crédito Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Registro contábil trânsito em julgado.

A Companhia informa que, no ano de 2010, distribuiu Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2017, a Companhia obteve decisão favorável em primeira instância e, em outubro de 2019, obteve nova sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, Companhia iniciou um procedimento para levantamento de valores pagos indevidamente a partir do ano de 2005 e pleitear seu respectivo ressarcimento. A Companhia apurou e mensurou os respectivos valores de forma confiável. Em 19 de agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito. No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício.

A homologação e habilitação de R\$ 123.396 relativo à parte do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil para compensação tributária futura, ocorreu em 03 de janeiro de 2020, sendo que o montante restante do crédito no montante de R\$ 55.673, será objeto de análise pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

A Companhia compensou até 31 de dezembro de 2023 o montante acumulado de R\$ 133.942 e durante o exercício o montante de R\$ 30.556.

**Notas Explicativas****10. Imposto de renda e contribuição social**a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(447)	(450)
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2)	(22.089)	(20.052)
	<b>(22.536)</b>	<b>(20.502)</b>

(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 62.602 e R\$ 73.604, respectivamente em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 60.780 e R\$ 71.782 em 2022, respectivamente), a controlada Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 1.020.781 e R\$ 1.013.746 respectivamente em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.040.401 e R\$ 1.035.345 em 2022, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Como parte da repactuação fiscal junto a PGFN assinado em 07 de julho de 2023 (Nota 26), a Companhia utilizou R\$ 178.542 para compensação dos débitos previdenciários.

b) Movimentação do passivo fiscal diferido

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Saldos iniciais	<b>(20.502)</b>	(19.297)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	3	2
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação	(2.037)	(1.207)
Saldos finais	<b>(22.536)</b>	<b>(20.502)</b>

## Notas Explicativas

### c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(59.384)	(95.916)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	20.191	32.611
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa na repactuação fiscal	60.704	
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(22.225)	(33.816)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>58.670</b>	<b>(1.205)</b>

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros. Os descontos concedidos na Transação Individual junto a PGFN são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social conforme Lei 13.988/20 artigo 11 parágrafo 12.

## 11. Partes relacionadas

### a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de sua controlada são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração fixa anual (1)	(7.522)	(6.280)
Remuneração variável (2)	(1.366)	(1.503)
Honorários da administração	<b>(8.888)</b>	<b>(7.783)</b>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

### b) Saldos e transações

A Companhia e sua controlada celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

**Notas Explicativas**

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante				
Contratos de serviços:				
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda (Mapa) (a)	-	-	1.016	-
	-	-	1.016	-
Passivo não circulante				
Contratos de mútuos:				
Yatsivut Corporation Ltd.	-	-	-	4.166
Kielce Gestão de Ativos Ltda ME (b)	-	-	7.335	3.163
Plascar Ltda.	31.810	34.209	-	-
	31.810	34.209	7.335	7.329
	<b>31.810</b>	<b>34.209</b>	<b>8.351</b>	<b>7.329</b>
Resultado				
Serviços assessoria financeira – Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.			4.282	4.042
			<b>4.282</b>	<b>4.042</b>

**c) Movimentação**

	Controladora	Consolidado
	2023	2022
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>22.148</b>	<b>8.132</b>
Captação	12.061	-
Provisão de juros e IOF	-	284
Variação cambial	-	(1.087)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>34.209</b>	<b>7.329</b>
Captação (pagamento)	(2.399)	1.016
Provisão de juros e IOF	-	306
Variação cambial	-	(300)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>31.810</b>	<b>8.351</b>

- (a) Em 14 de novembro de 2018, a Plascar assinou um contrato de prestação de serviço de assessoria financeira com a Mapa Capital e este contrato permanece vigente até a presente data.

Os efeitos das transações no resultado correspondem a atualização monetária e variação cambial registradas no resultado financeiro.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

- (b) Em 30 de junho de 2023 foi firmado o contrato de confissão de dívida com a Kielse

**Notas Explicativas**

Gestão de Ativos-ME (mutuante), a qual passou a ser detentora da dívida no montante de R\$ 7.335 com a Plascar Ltda (mutuaria).

**12. Provisão para perda com investimento em controlada**

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	(392.394)	(296.679)
Participação no resultado da controlada	1.108	(95.715)
Saldo final	<u><b>(391.286)</b></u>	<u><b>(392.394)</b></u>

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda. estão apresentadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital social	838.565	838.565
Quotas totais	838.565.144	838.565.144
Quotas possuídas	838.565.144	838.565.144
Participação	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada	(391.286)	(392.394)
Participação na Plascar S.A.	(391.286)	(392.394)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.108	(95.715)
Resultado da equivalência patrimonial	<u><b>1.108</b></u>	<u><b>(95.715)</b></u>

## Notas Explicativas

## 13. Imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Moldes	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Peças e materiais de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Provisão para <i>impairment</i> de adiantamentos e máquinas e equipamentos (1)	Total
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>14.348</b>	<b>294.902</b>	<b>781</b>	<b>589</b>	<b>198</b>	<b>525</b>	<b>4.270</b>	<b>49.764</b>	<b>(62.039)</b>	<b>303.338</b>
Aquisição	7.340	55.527	2	123	-	792	1948	2373	-	<b>68.105</b>
Baixas, líquidas	(47)	1.909	(5)	(26)	(21)	-	(498)	(6.885)	(900)	<b>(6.473)</b>
Transferências	2312	(2.519)	36	136	-	34	-	1	-	-
Depreciação	(492)	(33.123)	(145)	(474)	(69)	(182)	-	-	-	<b>(34.485)</b>
<b>Em 31/12/2022</b>	<b>23.461</b>	<b>316.696</b>	<b>669</b>	<b>348</b>	<b>108</b>	<b>1169</b>	<b>5.720</b>	<b>45.253</b>	<b>(62.939)</b>	<b>330.485</b>
Aquisição	317	21.458	-	150	-	120	1.579	973	-	<b>24.597</b>
Baixas, líquidas	-	(409)	(2)	(20)	-	-	(1.619)	(1.479)	-	<b>(3.529)</b>
Depreciação	(348)	(31.756)	(219)	(80)	(61)	(140)	-	-	-	<b>(32.604)</b>
<b>Em 31/12/2023</b>	<b>23.430</b>	<b>305.989</b>	<b>448</b>	<b>398</b>	<b>47</b>	<b>1.149</b>	<b>5.680</b>	<b>44.747</b>	<b>(62.939)</b>	<b>318.949</b>

- (1) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento.

Em 2019, a Companhia registrou *impairment* de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício.



## Notas Explicativas

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

A Administração efetuou a sua avaliação e concluiu que não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia e sua controlada, conforme detalhado na Nota 2.8.

### 14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

#### a) Composição e movimentação sumária do direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

##### *Direito de uso de ativos*

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	79.271	15.604
Adições <sup>(1)</sup>	11.644	79.862
Reajustes	3.729	2.184
Amortização	(21.372)	(18.379)
Saldo final	<u>73.272</u>	<u>79.271</u>

##### *Passivos de arrendamento*

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	88.064	55.534
Adições <sup>(1)</sup>	11.644	79.862
Reajustes	3.729	2.184
Baixa <sup>(2)</sup>	-	(36.808)
Juros	10.011	10.536
Pagamentos	(22.765)	(23.244)
Saldo final	<u>90.683</u>	<u>88.064</u>
Circulante	36.167	25.168
Não circulante	54.516	62.896
	<u>90.683</u>	<u>88.064</u>

(1) No 1º trimestre de 2022 foram renovados os contratos de aluguéis dos imóveis localizados em Jundiaí-SP, Varginha-MG e Betim-MG. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 79.054. A Administração considerou como taxa incremental 12,25% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º trimestre de 2022 foi registrado contrato de aluguéis de veículos. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 808. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 15,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 2º trimestre de 2023 foi registrado contrato de aluguéis de empilhadeiras. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 2.881. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de 16,75% para desconto da dívida ao valor presente (AVP). No 3º trimestre de 2023 foram registrados contratos de aluguéis de equipamentos de TI. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 1.797. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP) e aditivo contrato de aluguel da unidade de Caçapava-SP. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 6.966. A taxa incremental utilizada para esse contrato foi de CDI + 3% a.a. para desconto da dívida ao valor presente (AVP).

(2) No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021, nas mesmas condições do contrato de repactuação de janeiro de 2020. O valor total da transação repactuado a época foi de R\$ 47.333, e foi registrado na rubrica "Outros passivos".

## Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou despesa de R\$ 1.295 (R\$ 408 em 2022) referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

### b) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Edifícios	Empilhadeiras	Veículos	Equipamentos TI	Total
2024	33.424	1.718	305	720	36.167
2025	32.794	367	76	720	33.957
2026 em diante	20.365	-	-	194	20.559
	<b>86.583</b>	<b>2.085</b>	<b>381</b>	<b>1.634</b>	<b>90.683</b>

### c) Informações adicionais - Ofício circular CVM/SNC/SEP no. 2,2019

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/No. 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2024	2025	2026	2027 em diante
<b>Passivo de arrendamento</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	(90.683)	(62.405)	(38.900)	(10.695)
Projeção nominal e taxa nominal	(94.584)	(65.982)	(40.983)	(12.467)
<b>Direito de uso de ativos</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	73.272	50.556	29.176	8.290
Projeção nominal e taxa nominal	76.370	52.880	30.725	12.431
<b>Encargos financeiros</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	8.181	5.523	2.810	1.244
Projeção nominal e taxa nominal	7.958	5.589	2.243	1.579
<b>Despesa de amortização do direito de uso</b>				
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	22.714	21.383	20.859	8.317
Projeção nominal e taxa nominal	23.492	22.177	21.631	9.095

**Notas Explicativas****15. Empréstimos e financiamentos**a) Resumo dos empréstimos e financiamentos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2023	Consolidado	
		2023	2022
Capital de giro - moeda nacional	De 14,75% a 59,0% a.a.	204.437	238.923
		<b>204.437</b>	<b>238.923</b>
Circulante		118.968	113.959
Não circulante		85.469	124.964
		<b>204.437</b>	<b>238.923</b>

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 9.109 deve-se a dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores que foi renegociada pela Companhia na época.

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

A Companhia possui cláusulas restritivas "covenants" em alguns de seus empréstimos junto a instituições financeiras durante os exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais são acompanhadas trimestralmente pela Administração e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com relação a estas cláusulas.

b) Movimentação

	2023	2022
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>238.923</b>	138.993
Captações	98.214	179.119
Pagamento de principal	(130.977)	(84.588)
Pagamento de juros	(58.436)	(34.986)
Provisão de juros	56.713	40.385
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>204.437</b>	<b>238.923</b>

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	Valor
2025	41.737
2026	17.042
2027	15.063
2028 em diante	11.627
	<b>85.469</b>

## Notas Explicativas

### 16. Fornecedores

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecedores nacionais	98.711	84.379
Fornecedores internacionais (Nota. 4.1)	1.474	2.709
	<b>100.185</b>	<b>87.088</b>

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias (mesmo prazo médio em 2022).

### 17. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2023	2022
Encargos sociais <sup>(1)</sup>	31.760	181.950
Indenizações trabalhistas	151	61
Provisão férias e salários	30.446	23.352
Provisão para participação nos resultados	15.781	13.392
Outros	373	3.074
	<b>78.511</b>	<b>221.829</b>

(1) A Companhia concluiu a renegociação de seus passivos fiscais junto a PGFN que compreende os débitos acumulados até janeiro de 2023. Como parte da repactuação fiscal, a Companhia obteve descontos em multas e juros no montante total de R\$ 86.197 dos débitos previdenciários e utilizou R\$ 60.704 de prejuízos fiscais para compensação. Por fim, a Companhia compensou R\$ 521 com depósitos judiciais e R\$ 4.859 com precatórios a receber (Nota 19).

### 18. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2023	2022
Fiat Automóveis	2.613	6.214
Iveco	-	3.854
Man	2.185	13.089
VW	14.867	4.119
Calsonic Kansei	75	955
Scania	-	629
Mercedes Benz	5.001	2.523
Volvo	896	123
Hyundai	-	2.133
Outros	74	97
	<b>25.711</b>	<b>33.736</b>

### 19. Compromissos e provisão para contingências

#### a) Repactuação da dívida de aluguel

A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137.754, registrado na rubrica "Outros passivos" e "Passivo de arrendamento" no circulante.

## Notas Explicativas

Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica Outros Passivos no não circulante em janeiro de 2020.

No 2º trimestre de 2022 foi assinado contrato de repactuação de sua dívida de aluguel em atraso referente período de janeiro de 2020 e dezembro de 2021 (Nota 14.a).

### Processos judiciais - valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável”, sendo que “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado.

Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo.

Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota como política a realização de provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda “possível”, para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias, reconhecendo apenas o valor estimado do desembolso financeiro.

Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Provisões previdenciárias e trabalhistas	9.343	7.129
	<b>9.343</b>	<b>7.129</b>

A movimentação da provisão para contingências em 31 dezembro de 2023 e 2022, está assim representada:

**Notas Explicativas***Previdenciárias e trabalhistas*

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	7.129	6.502
Adições	6.056	6.209
Pagamentos	(3.842)	(5.582)
Saldo final	<u>9.343</u>	<u>7.129</u>

b) Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tributárias	5.247	4.836
Trabalhistas	22.177	14.667
Cível	1.409	6.628
	<u>28.833</u>	<u>26.131</u>

c) Ativos contingentes relevantes

Atualmente, a Plaspar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo. Ademais, em caso de confirmação do direito ao crédito por parte da Companhia, o montante disponível no momento da fruição poderá ser destinado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, como forma de amortização do saldo em aberto e negociado em transação tributária, formalizada em julho de 2023.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo concedido à Plaspar o direito líquido e certo de recebimento do valor de R\$ 2.237 (Nota 9). Referido valor, contudo, foi objeto de questionamento pela

## Notas Explicativas

Companhia no que se refere à sua atualização monetária, não considerada pelo tribunal. A Companhia compensou a totalidade desse crédito no valor atualizado de R\$ 4.859 (nota 17) na Transação Individual junto a PGFN assinado em 07 de julho de 2023.

### 20. Outros passivos

	Consolidado	
	2023	2022
Aluguéis a pagar	181.487	183.467
Credores diversos - acordos firmados (1)	61.341	54.049
Outros passivos	10.318	15.426
	<b>253.146</b>	<b>252.942</b>
Circulante	31.827	43.041
Não circulante	221.319	209.901
	<b>253.146</b>	<b>252.942</b>

(1) Refere-se substancialmente a contrato de confissão de dívida referente operação comercial e reestruturação da dívida com cliente.

### 21. Patrimônio líquido

#### a) Capital

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 931.455 dividido em 12.425.418 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	2023		2022	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Pádua IV Participações	7.454.491	60,00%	7.454.491	60,00%
Deise Duprat <sup>(1)</sup>	2.689.646	21,64%	2.689.653	21,64%
Postalis	884.712	7,12%	884.712	7,12%
Outros acionistas	1.396.569	11,24%	1.396.562	11,24%
	<b>12.425.418</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.425.418</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> Conforme fato relevante em 18 de novembro de 2022, a Permali Indústria e Comércio Ltda, concluiu a operação de venda da totalidade de sua participação acionária na Plascar, representativa de 18,44% das ações ordinárias de emissão da Companhia, perfazendo montante de 2.290.953 ações ordinárias, em favor de Deise Duprat, pessoa física. Em decorrência da alienação das ações da Plascar, a Permali deixa de deter qualquer participação acionária na Companhia, ao passo que Deise Duprat, passa a deter, a partir desta data, montante total e relevante de 21,64% das ações da Plascar, representadas por 2.689.646 ações de emissão da Companhia.

A Permali participava do grupo de controle da Companhia, sendo parte integrante do Acordo de Acionistas que fora celebrado em 31 de janeiro de 2019. Com a venda da participação acionária, o referido Acordo de Acionistas deixa de produzir seus legais efeitos, sendo considerado encerrado de pleno direito.

## Notas Explicativas

O preço de emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

### b) Ajustes de avaliação patrimonial

Constituída pelo registro contábil da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado e respectivos impostos. Nesta rubrica, estão registrados também os impactos na mudança de participação da controladora na controlada de 99,89% para 100% após reestruturação financeira ocorrida em 31 de janeiro de 2019.

### c) Remuneração aos acionistas - distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 22. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos), básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(714)	(97.121)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	12.425.418
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(0,06)</u>	<u>(7,82)</u>



**Notas Explicativas****23. Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receita bruta de vendas	1.183.644	1.041.045
Impostos incidentes sobre vendas	(214.449)	(176.096)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(22.066)	(16.759)
	<b>947.129</b>	<b>848.190</b>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - Cofins (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

**24. Abertura dos custos e despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Matéria-prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(749.413)	(660.989)
Depreciação e amortização	(53.976)	(52.864)
Serviços de terceiros	(57.298)	(42.124)
Fretes	(27.735)	(18.255)
Provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	783	(378)
Provisão para nos estoques (Nota 8)	(269)	68
Repactuação fiscal – descontos de multas (Nota 26)	75.894	-
Outros	(84.913)	(70.063)
	<b>(896.927)</b>	<b>(844.605)</b>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(831.355)	(728.202)
Despesas com vendas	(53.505)	(36.637)
Despesas gerais e administrativas	(82.885)	(80.251)
Outras receitas operacionais, líquidas	70.818	485
	<b>(896.927)</b>	<b>(844.605)</b>

**Notas Explicativas****25. Resultado financeiro**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária	(90.440)	(55.029)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1)	(52.665)	(36.044)
Repactuação fiscal – descontos de juros (Nota26)	40.612	-
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	(10.011)	(10.536)
Variações cambiais passivas	(3.742)	(6.405)
IOF	(1.931)	(3.102)
Outros	(2.220)	(1.373)
	<b>(120.397)</b>	<b>(112.489)</b>
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária	5.402	6.872
Variações cambiais ativas	5.286	6.021
Outros	123	95
	<b>10.811</b>	<b>12.988</b>
Resultado financeiro	<b>(109.586)</b>	<b>(99.501)</b>

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

**26. Impostos e contribuições a recolher**

	<b>2023</b>					
	<b>Em aberto</b>	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Parcelados</b>		
				<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Não circulante</b>
Transação Individual PGFN	102.090	-	-	6.302	-	95.788
Parcel. ordinário PIS/COF/IPI (1)	17.212	-	-	-	17.212	-
PIS/COFINS/IPI	4.693	2.140	2.553	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	36.812	-	-	8.181	-	28.631
ICMS	46.876	2.069	2.433	21.818	2.860	17.696
IPI (Parcelamento - MG)	67	-	-	67	-	-
Outros	1.501	1.501	-	-	-	-
	<b>209.251</b>	<b>5.710</b>	<b>4.986</b>	<b>36.368</b>	<b>20.072</b>	<b>142.115</b>
IRRF (Empregados)	5.174	2.583	2.591	-	-	-
FGTS	7.595	1.558	-	1.098	-	4.939
INSS (Empresa)	37.679	4.394	16.145	4.130	-	13.010
INSS (Empregados)	4.489	1.110	3.379	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	3.749	-	-	1.728	34	1.987
Parcelamento Simplificado RFB	59.290	-	-	12.267	1.022	46.001
	<b>117.976</b>	<b>9.645</b>	<b>22.115</b>	<b>19.223</b>	<b>1.056</b>	<b>65.937</b>
<b>Soma (Empresa)</b>	<b>317.564</b>	<b>11.662</b>	<b>21.131</b>	<b>55.591</b>	<b>21.128</b>	<b>208.052</b>
<b>Soma (Empregados)</b>	<b>9.663</b>	<b>3.693</b>	<b>5.970</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>327.227</b>	<b>15.355</b>	<b>27.101</b>	<b>55.591</b>	<b>21.128</b>	<b>208.052</b>

**Notas Explicativas**

	<b>2022</b>					
	<b>Em aberto</b>	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Parcelados</b>		
				<b>Circulante</b>		<b>Não</b>
			<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>	<b>circulante</b>	
Transação Extraordinária PGFN	47.124	-	-	7.441	-	39.683
Parcel. ordinário PIS/COF/IPI	29.908	-	-	8.157	21.751	-
PIS/COFINS/IPI	1.784	1.784	-	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	40.543	-	-	7.371	-	33.172
ICMS	28.655	2.483	-	12.477	389	13.306
IPI (Parcelamento - MG)	425	-	-	364	-	61
Encargos Procuradoria – dívida ativa	22.208	-	-	-	22.208	-
Outros (ISS IPTU)	213	80	-	27	-	106
	<b>170.860</b>	<b>4.347</b>	<b>-</b>	<b>35.837</b>	<b>44.348</b>	<b>86.328</b>
IRRF (Empregados)	2.294	2.294	-	-	-	-
Parcel. Ordinário INSS	15.633	-	-	3.754	10.431	1.448
FGTS	8.210	1.393	-	1.076	-	5.741
INSS (Empresa)	152.395	6.886	145.509	-	-	-
INSS (Empregados)	25.868	1.840	24.028	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	5.454	-	-	2.073	32	3.349
	<b>209.854</b>	<b>12.413</b>	<b>169.537</b>	<b>6.903</b>	<b>10.463</b>	<b>10.538</b>
<b>Soma (Empresa)</b>	<b>352.552</b>	<b>12.626</b>	<b>145.509</b>	<b>42.740</b>	<b>54.811</b>	<b>96.866</b>
<b>Soma (Empregados)</b>	<b>28.162</b>	<b>4.134</b>	<b>24.028</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>380.714</b>	<b>16.760</b>	<b>169.537</b>	<b>42.740</b>	<b>54.811</b>	<b>96.866</b>

(1) O saldo referente a este parcelamento será migrado para a Transação Individual junto a PGFN assinada em 07 de julho de 2023 com todos os descontos e abatimentos previstos no Termo assinado.

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

**Transação Extraordinária PGFN**

Em 30 de maio de 2022 a Companhia aderiu a Transação Extraordinária no âmbito da PGFN para regularizar o saldo em atraso anteriormente parcelado no PERT. O valor total envolvido é de R\$ 47.749 em 84 parcelas. O saldo desta transação foi integralmente transferido para Transação Individual junto a PGFN assinada em 07 de julho de 2023, com todos os descontos previstos na Transação.

**Transação Individual - PGFN**

A Administração concluiu a renegociação da totalidade de seu passivo fiscal junto à PGFN, que compreende os débitos acumulados até janeiro de 2023, através do programa de Transação Tributária Individual instituído pela Lei 14.375/2022, cuja portaria de regulamentação foi publicada no dia 01/08/2022. A assinatura da referida transação ocorreu em 07 de julho de 2023 e todos os efeitos, descontos de multas e juros, assim como utilização de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL foram reconhecidos no 2º Trimestre de 2023.

## Notas Explicativas

Foram negociados todos os débitos previdenciários e fazendários, sendo:

- 1) Débitos previdenciários: desconto de multa e juros no montante total de R\$ 86.197, equivalentes à 38% do débito, utilização de saldo de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social no valor de R\$ 60.704, equivalente a 27% do débito. O saldo remanescente, parcelado em 60 vezes.
- 2) Débitos fazendários: desconto de multa e juros no montante total de R\$ 30.309, equivalentes à 49% do débito. O saldo remanescente, parcelado em 120 vezes.

Após ao registro contábil desta transação foram observados queda substancial do passivo circulante, melhora do resultado e aumento do patrimônio líquido, além da utilização de parte dos prejuízos fiscais acumulados da Companhia. O impacto positivo no resultado da Companhia foi de R\$ 177.210, sendo descontos de multas de R\$ 75.894, descontos de juros de R\$ 40.612 e utilização prejuízos fiscais de R\$ 60.704.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação PGFN:

	PGFN - Débitos Previdenciários	PGFN - Débitos Fazendários	Total
Saldo original	226.003	61.392	287.395
Abatimento precatórios e outros	(5.381)	(5.934)	(11.315)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	(60.704)	-	(60.704)
Desconto de multas e encargos legais	(86.197)	(30.309)	(116.506)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2023	(1.103)	(125)	(1.228)
Atualização do parcelamento	4.004	444	4.448
<b>Total</b>	<b>76.622</b>	<b>25.468</b>	<b>102.090</b>

## 27. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Salários e encargos sociais	232.451	198.168
Plano de participação nos resultados	9.290	6.480
Benefícios previstos em Lei	39.655	27.459
Benefícios adicionais	543	578
Outros	269	4.482
	<b>282.208</b>	<b>237.167</b>

### Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio-creche.

## Notas Explicativas

### Plano de participação nos resultados

A Companhia e sua controlada possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

## 28. Transações que não afetaram caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa nos respectivos exercícios:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Direito de uso de ativos (nota 14)	11.644	79.862
Passivos de arrendamento (nota 14)	(11.644)	(79.862)

## 29. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 750.000 (R\$ 629.300 em 2022) e R\$10.000 (R\$ 10.000 em 2022) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*

## **Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**

### **Comportamento das projeções empresariais**

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual.

## **Proposta de Orçamento de Capital**

### **Proposta de Orçamento de Capital**

A administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual.

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da  
Plascar Participações Industriais S.A.  
Jundiaí – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Plascar Participações Industriais S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Plascar Participações Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa no 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que menciona que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta passivo circulante superior ao ativo circulante no montante de R\$265.502 mil, patrimônio líquido negativo no montante de R\$409.281 mil, prejuízos acumulados no montante de R\$1.341.047 mil e prejuízo do exercício no montante de R\$714 mil (consolidado). Adicionalmente, a Nota Explicativa no 1 descreve situações que demonstram os esforços da administração para o cumprimento das obrigações da Companhia, renegociação junto à credores, incluindo as autoridades fiscais, a busca de descontos e melhores prazos de pagamentos, além de investimentos em novos projetos com o objetivo de aumentar o faturamento e a margem (além da redução dos custos operacionais). Esses eventos, juntamente com outras condições descritas na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia e sua controlada”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes

A auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2022, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 13 de março de 2023. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas



A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

João Henrique Schenk

Contador CRC 1SP-202.127/O-8

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores qualificados declaram que:  
Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.